

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
COGEAE**

CAMILA PINHEIRO MARINS

PERVERSÃO NO LAÇO SOCIAL

Curso de Especialização em Psicologia Clínica: Teoria Psicanalítica

São Paulo

2018

Camila Pinheiro Marins

PERVERSÃO NO LAÇO SOCIAL

Monografia apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Teoria Psicanalítica, sob a orientação do Prof. Wilson Klain.

São Paulo

2018

AGRADECIMENTOS

À minha família por todo suporte e amor, pelo investimento em conhecimento e acesso à educação.

Ao meu orientador Wilson Klain pelo acolhimento, sensibilidade e pela transmissão do conhecimento de forma construtiva, impulsionadora e encorajadora.

À Universidade e todos os professores que possibilitaram a construção deste trabalho, direta ou indiretamente, e a minha formação acadêmica.

RESUMO

A manifestação perversa foi e continua sendo um tema de grandes discussões, que divide opiniões. No presente trabalho busca-se uma reflexão acerca dos mecanismos internos e externos que formam e constituem o sujeito e definem, ou ao menos explicam, o comportamento - aqui, o comportamento perverso.

Cabe aqui explicitar o caminho da constituição do psiquismo em termos estruturais até adentrarmos o tema deste trabalho.

Abordaremos os três momentos da obra de Freud em que ele a situa a “neurose como negativo da perversão, o complexo de Édipo e a dinâmica das identificações, e a recusa da castração e divisão do ego; buscaremos o conceito em sua gênese e na leitura de outros autores para que possamos compreendê-lo tal como é manifestado no laço social e seus desdobramentos, atualmente.

Palavras chave: perversão - estrutura - sociedade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 INTRODUÇÃO À TEORIA PSICANALÍTICA E CAMINHOS DA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA	6
3 ORIGEM DO TERMO PERVERSÃO	11
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PERVERSÃO NA OBRA FREUDIANA	14
4.1 Perversão na obra de Jacques Lacan.....	22
4.2 Perversão e perversidade	24
5 HÉLIO PELLEGRINO E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL	25
5.1 “O jeitinho brasileiro”	26
5.2 A soberania do perverso	30
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

A partir da ideia mais comum referente à perversão, que percorre o senso comum, o conceito de perversão era, em minha concepção pessoal até então, restrito a uma parcela dos sujeitos e com características e comportamentos muito específicos; um conceito dotado de julgamento moral.

Então, neste trabalho buscarei entender o conceito de Perversão em Psicanálise e a transitoriedade do psiquismo humano, no sentido de que nossa organização psíquica não é algo fixado, mas, há a possibilidade de transitarmos por outros modos de existência e comportamentos, a partir da ideia de que as perversidades não são restritas àqueles que possuem uma organização psíquica perversa.

E mais interessante do que pensar essa dinâmica psíquica apenas no sujeito, será poder pensar como a perversidade está inscrita no laço social, na cultura, etc. Podemos observar e pensar os comportamentos “simples” e habituais dos sujeitos que, quando observados sob a ótica psicanalítica, revelam muito mais que o nosso famoso “jeitinho brasileiro”.

Penso que esse “jeitinho brasileiro” tenha muito a nos dizer sobre perversão e sociedade.

Como se dá a dinâmica da perversidade no comportamento dos sujeitos? De que maneira atua na cultura, e qual a borda que define a influência da cultura, a sociedade, sob a organização psíquica?

2 INTRODUÇÃO À TEORIA PSICANALÍTICA E CAMINHOS DA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA

Entendemos que a subjetividade e a organização psíquica não são coisas dadas, prontas ou inatas, e sim, construídas a partir da relação do bebê/criança com os pais/cuidadores e influenciadas pelos diversos aspectos da vida do sujeito (internos e externos).

Em 1900, Freud apresentou a primeira concepção sobre o funcionamento do aparelho psíquico, apontando a existência de três sistemas ou instâncias psíquicas: inconsciente, pré-consciente e consciente.

Em suas investigações clínicas sobre as causas e funcionamento das neuroses, Freud concluiu que os pensamentos e desejos reprimidos referiam-se a conflitos de cunho sexual, localizados na infância, nos primeiros anos de vida. Ou seja, as experiências (traumáticas) infantis configuravam os sintomas atuais do sujeito. Então, estas descobertas colocaram a sexualidade no centro da vida psíquica, e assim, afirmou-se a existência da sexualidade infantil.

Em *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade* (1905), Freud trabalhou a constituição do sujeito, as relações de objeto, desmontou a ideia de uma sexualidade baseada no instinto e a deslocou do “sexual genital” - essa conceituação é fundamental e organizadora da teoria freudiana. Sexual em Psicanálise tem a ver com **excitação e prazer** - um aparelho psíquico que funciona a partir do prazer e do escoamento (liberação) dessa excitação. E então discorre sobre os usos do prazer (formas de obtenção de prazer) na sexualidade infantil: oralidade, analidade, fase fálica e genitalidade. A partir desses modos de prazeres infantis, Freud articulou a sexualidade infantil à perversão - não psicopatológica ou do senso comum - mas à perversão daquilo que supostamente estaria no lugar do instinto: perversa polimorfa (parcial, desarticuladora do próprio sujeito).

Passando por todas essas elaborações, temos os sintomas e a sua relação com a sexualidade, que se manteve como uma importante hipótese que norteou o trabalho de Freud e que o levou a estudar a origem da Pulsão (Triebe).

O termo pulsão foi levantado por Freud já em suas primeiras publicações “pré-psicanalíticas”, mas foi trabalhado conceitualmente nos *Três Ensaios*. Neste texto ele

distingue fonte, objeto e finalidade da pulsão, sendo a fonte somática e o objeto variável; a finalidade ou objetivo seriam a descarga do excesso de tensão. E é essa variação de objeto e a independência da pulsão em relação à ele que permitirá a diferenciação da noção de instinto, a qual todas as teorias sobre a sexualidade se apoiavam na época - entendido como uma conduta cujos padrões são fixados hereditariamente.

Em 1915, no texto "Instinto e suas vicissitudes", Freud trabalhou mais firmemente o conceito de Pulsão e discutiu a diferenciação com o termo "instinto". Freud problematizou a questão de uma força, algo que recai sobre nós e ao mesmo tempo nos leva a alguma ação. Diferentemente de estímulos (estímulos causados pela luz, por exemplo), a pulsão é da ordem de uma força constante - o que a diferencia também do instinto; não é sazonal. Sua fonte é corporal e está ligada através das membranas, ao contato com o outro, das membranas corporais (lábios, olhar, o que escutamos, ânus, etc) e isso provoca uma erotização a partir da pulsionalidade humana. Dirige-se a um objeto, mas "não encontra" esse objeto, porque não há um objeto pré-determinado, específico, pois ele é determinado historicamente (histórias libidinais) - não existe um único caminho para se pensar a pulsão (há rotas, destinos e ela pode ser transformada em muitas coisas); então retorna para si mesmo e encontra seu objetivo que é sempre a satisfação, podendo ser ativa ou passiva. Portanto, essa relação da pulsão com o objeto, não é natural e sim estabelecida.

É através deste conceito que Freud considera a sexualidade humana baseada não a partir de instintos, como nos animais, mas na pulsão. E as considera como: Pulsões de autoconservação (preservação do eu) e pulsões sexuais, cujo interesse é a satisfação (regida pelo Princípio do Prazer): oral, anal, fálica e assim por diante.

Chamaremos esse processo constitutivo da sexualidade infantil de desenvolvimento psicosexual, em que, o indivíduo, nos primeiros tempos de vida, tem a função sexual ligada à sobrevivência, e, portanto, o prazer é encontrado no próprio corpo. O corpo é erotizado, isto é, as excitações sexuais estão localizadas em partes do corpo, e há um desenvolvimento progressivo que levou Freud a postular as fases do desenvolvimento sexual em: fase oral (a zona de erotização é a boca), fase anal (a zona de erotização é o ânus), fase fálica (a zona de erotização é o órgão

sexual); em seguida vem um período de latência, que se prolonga até a puberdade e se caracteriza por uma diminuição das atividades sexuais, isto é, há um “intervalo” na evolução da sexualidade. E, finalmente, na puberdade é atingida a última fase, a fase genital, quando o objeto de erotização ou de desejo não está mais no próprio corpo, mas trata-se de um objeto externo ao indivíduo — o outro.

O primeiro eu é o eu-corporal, e são essas experiências corporais que vão constituir o eu arcaico. E através do desenvolvimento psicosexual se daria o desenvolvimento psíquico – por intermédio do conceito operacional de sexualidade infantil.

Em suma, a investigação direta e a terapêutica convergiram no sentido de mostrar que, para chegar ao orgasmo heterossexual, o comportamento de prazer tinha de hierarquizar as zonas erógenas do corpo e identificar como tal o objeto do sexo oposto. Durante todo um período, o corpo era globalmente vivido como fonte de prazer, mas, progressivamente descobriam-se partes mais especificamente eficazes (...) É isso que significa a noção de zona erógena, bem como a de estádio: nem todas as partes do corpo contribuem igualmente para isso, e as que mais participam – a região buco-lingual, região anal e os órgãos genitais (...) O exemplo do prazer oral é muito claro: a nutrição é o primeiro e mais completo prazer da criança pequena (...) (Lanteri-Laura, 1994, p. 67)

E a criança descobre que não precisa de nenhum objeto externo para alcançar esse prazer, e portanto, é um prazer autoerótico, pois o corpo da criança, as partes mais eficazes, (através da sucção, por exemplo) é suficiente para obtê-lo. Assim como a região anal e os órgãos genitais vão sendo descobertos e a auto-estimulação provocando a sensação de prazer (atividades masturbatórias, por exemplo).

É esse, o sentido exato desse conceito operacional de sexualidade infantil. Durante os primeiros quatro ou cinco anos de vida, a criança descobre que certas partes privilegiadas de seu corpo tornam-se, pela auto-estimulação, fontes notáveis de prazer, sempre à disposição dela e independentes do exterior. (Lanteri-Laura, 1994, p.69)

Traços fundamentais caracterizam a sexualidade infantil, tais como: o autoerotismo, pois não necessita de um objeto ou corpo externo (excitação pelos lábios e língua na oralidade, matéria fecal na analidade e as mãos, na masturbação dos órgãos genitais); pré-genital, pois, mesmo quando a excitação ocorre a partir dos órgãos genitais, ela está relacionada ao prazer, e não a reprodução (sexo); não objetual, porque não é necessário nada (externo) além do próprio corpo; e não hierárquica – nenhuma zona erógena é eleita superior ou mais importante que outra;

são todas importantes e eficazes, independente da ordem em que operam (igualdade).

E com isso, torna-se indispensável comentar o seu caráter **perverso polimorfo**, que caracteriza-se pelo prazer imediato, não genital, satisfação distribuída no corpo erógeno de um modo inespecífico e não possui um objeto específico.

Vale salientar que, depois, Freud entende a perversão como a “manutenção da sexualidade perverso-polimorfa na vida adulta” (FERRAZ, 2002, p.27). Como uma fixação em uma dessas manifestações da polimorfia sexual infantil.

Estudamos o desenvolvimento da sexualidade infantil a partir das experiências do corpo, como fonte de prazer, que passa por diversas formas até assumir a sua forma adulta. Portanto, objetivamos compreender como se efetuam as passagens dessas fases: do autoerótico para o alo-erótico, ausência de objeto para o objetal, pré genital para o genital e do anárquico para o hierarquizado.

A obra freudiana salienta que a superação da sexualidade infantil não se dá apenas pelo crescimento, maturação dos órgãos ou como algo natural e evidente; dá-se através dos conflitos que definem a situação edipiana, e que, aliás, não é garantida.

No texto “O Problema das Perversões na Obra de Freud”, Georges Laura escreve que trata-se de renunciar às satisfações da sexualidade infantil, para alcançar, após um estágio de latência, experiências de prazer em que o objeto é alguém do sexo oposto. O objeto de amor se revela por uma situação de conflito e mediada pela impossibilidade do incesto. Lá pelos cinco anos, a criança elege o cuidador “principal” (aquele que atende a todas as suas necessidades) como objeto de seu desejo, e normalmente, trata-se da mãe. Laura apresenta as dificuldades dessa constatação: descobre-se o sexo oposto como sinal do prazer, no entanto a criança não possuirá recursos de fazer dele, de fato, um objeto de prazer, então o autoerotismo continua à sua disposição e lá na frente ela precisará renunciar; aquela que marca o sexo com o prazer é também a única absolutamente proibida, pois indica ao menino o sexo lícito para amar (mesmo sexo da mãe), mas nele é o único elemento proibido; esse processo só se constitui na relação triangular, na rivalidade com o genitor do mesmo sexo (ou situação) que exerça o papel de interdição - proibição do incesto. Assim a situação edipiana é condicionadora do descobrimento do objeto de

amor, sempre em referência à proibição do incesto - e mediada, por essa ameaça de castração.

Portanto, se a sexualidade adulta (leia-se psiquismo, subjetividade) não é uma aquisição natural, mas depende de um processo infantil, de uma saída satisfatória aos conflitos desse processo e este não foi “bem-sucedido” (no que cerne a aspectos importantes de identificação, reconhecimento do Outro) podemos nos esbarrar com anomalias referentes ao objeto e/ou objetivo sexual – como a perversão descrita nos Três Ensaio, em que Freud aborda, enfaticamente, o caráter perverso polimorfo da sexualidade infantil e as manifestações de masoquismo, voyeurismo, e sadismo. Vale salientar que, caracterizamos a sexualidade infantil não apenas como uma passagem da infância, mas, principalmente, como um modelo de sexualidade que perdura pela vida adulta do sujeito.

3 ORIGEM DO TERMO PERVERSÃO

Para falarmos sobre a perversão como é entendida nos dias atuais - especialmente em Psicanálise, que é o que nos interessa - é importante considerarmos a etimologia de seu conceito. Afinal, o termo sofreu diversas modificações ao longo do tempo, mas ainda carrega um significado oriundo de séculos passados.

De acordo com Ferraz (2010, p. 24 e 25),

O termo perversão, que tem origem no latim *perversione*, designa o ato ou efeito de perverter-se, isto é, tornar-se perverso ou mau, corromper, depravar, desmoralizar. Pode designar ainda a alteração ou o transtorno de uma função. Na tradição da medicina, esse termo foi reservado para designar o desvio ou a perturbação de uma função normal, sobretudo no terreno psíquico e, mais propriamente, no terreno da sexualidade.

Em uma nota de rodapé, Elisabeth Roudinesco, em seu livro 'A parte obscura de nós mesmos - uma história dos perversos', nos traz a seguinte conceituação: "Forjado a partir do latim *perversio*, o substantivo "perversão" surge no francês entre 1308 e 1444 [no português, entre 1562 e 1575, com a mesma origem]. Quanto ao adjetivo "perverso" é atestado em 1190, derivando de *perversitas* e *perversus*, particípio passado de *pervertere*: retornar, derrubar, inverter, mas também erodir, desorganizar, cometer extravagâncias (...)"

Fala-nos também em como a perversão era confundida com a perversidade, da Idade Média ao fim da Idade Clássica. Em uma sociedade predominantemente maniqueísta e que, entendia-se as perversões como uma forma de abalar a ordem natural do mundo e converter (perverter) os homens àquilo que o catolicismo instituiu como os sete pecados capitais: os vícios; desvirtuando-os do bem e da verdade (autoridade divina - Deus - Lei). E isto fez com que o termo adquirisse uma conotação pejorativa, na qualidade de "deplorável", que se arrasta até os dias atuais.

No campo da sexualidade é entendida como algo que está virado ao avesso e no campo da moralidade é entendido como "desviado". A partir deste contexto de sexualidade - moralidade surgiu a ideia de "aberração", comumente atrelada ao conceito de perversão.

Mas a ideia de desvio sexual, como encontramos na obra freudiana (nos Três Ensaíos, 1905), é anterior a Freud. Ela surgiu com a Sexologia do século XIX, em que

os sexologistas começaram catalogar as manifestações perversas, os “avessos” em: anestésias (a falta de prazer, desejo), hiperestésias - intensificação do desejo, do sentir (exemplo: ninfomania), parestésias - atividades em paralelo - (exemplo: masoquismo - que encontra satisfação na dor; fetichismo, encontra satisfação no “pedaço” de um corpo/objeto - é o detalhe, a parcialidade que chama mais atenção do que o corpo total); e o sadismo (busca por um prazer/satisfação na dor ou sofrimento causado), e as paradoxias.

Apenas nesta época (século XIX), descreve Flávio Carvalho Ferraz em seu livro “Perversão”, que o termo perversão integrou o vocabulário da medicina, como degradação de funções orgânicas. Sai do contexto orgânico e passa designar a perversão moral, pela noção de degeneração moral.

Finalmente, e definitivamente, atribui seu conceito à sexualidade: “As perversões sexuais adentraram o vocabulário da psiquiatria como anomalias ou aberrações da conduta sexual. Por fim, pôde-se dispensar o adjetivo sexual, por excessivo, para designá-las. E assim ficou até nossos dias: basta dizer-se perversão para imaginarmos algum desvio na vida sexual. ”

A partir de Freud, no século 20, esse cenário muda. A visão que a Psicanálise tem da perversão não é oriunda do catálogo da sexologia. Nos Três Ensaio, pulsão e sexualidade infantil dizem respeito também a questões da perversão. Não exclusivamente, mas dialogam. Freud propõe uma visão menos estereotipada. Retoma este conceito a partir de 1896 e o adota definitivamente como conceito psicanalítico com a ideia de desvio sexual em relação a uma norma. Nesta nova concepção dispensa qualquer conotação pejorativa e a inscreve com a neurose e psicose em uma organização tripartite.

No Dicionário de Psicanálise, Roudinesco destaca como as manifestações da perversão estão relacionadas a norma social vigente, e que em lugares como Oriente e Ocidente, a perversão sempre esteve ligada à arte erótica. Portanto, para entender as práticas perversas é necessário considerar o contexto - tempo, espaço, cultura (usos e costumes), ou seja, às vezes o que é considerado da ordem do “horror” para alguma comunidade, é considerado um costume para outra. Por exemplo, na Grécia Antiga o homossexualismo era considerado uma forma suprema de amor, enquanto

foi catalogado como parafilia pelo terceiro Manual diagnóstico e estatístico dos distúrbios mentais (DSM III) de 1987.

Importante observar que em um primeiro momento da teorização, Freud manteve-se ambivalente no sentido de, apesar de rejeitar a ideia estereotipada (de degeneração) da perversão, ele manteve a ideia da norma e de desvio da sexualidade, inclusive em sua obra dos Três Ensaios ele utiliza mais o termo “inversão” do que “perversão”. Mas a partir de 1915, fez modificações importantes dessa primeira concepção a partir de sua metapsicologia, nova teoria do narcisismo, de sua segunda tópica e elaboração da diferença sexual. “Assim, passou de uma descrição das perversões sexuais para a ideia de uma possível organização da perversão em geral como modelo de uma organização do eu baseada na clivagem.” (Roudinesco, 1997, p. 585)

Freud pouco se aprofundou na clínica da Perversão, e os poucos escritos aos quais temos acesso ofereceram uma base para que a clínica da perversão fosse explorada por seus herdeiros; Jacques Lacan foi um deles, e o único a retirar a perversão do campo do desvio para abordá-la realmente como estrutura psíquica. Neste sentido, uma grande discussão é levantada no campo psicanalítico, no sentido de pensar/lidar com a perversão como uma estrutura, de fato, assim como a neurose e psicose (“características” do sujeito) ou como traços que permeiam em nossa vida, nossa subjetividade. E de fato, discutiremos mais a adiante o quanto ou como estamos atravessados por esses traços, implícita e explicitamente, em nossa dinâmica psíquica e conseqüentemente em nossas ações.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PERVERSÃO NA OBRA FREUDIANA

Caracterizamos três momentos em sua obra para discorrer sobre o tema: em um primeiro momento, em carta à Fliess, como citado anteriormente, e depois nos Três Ensaios em 1905 em que propõe a neurose como negativo da perversão; depois assinalou que a formação de uma perversão resultaria de uma fixação infantil num estágio pré-genital da organização libidinal, mediada pelo Complexo de Édipo e dinâmica das identificações, inicia em 1919 com o texto “Uma criança é espancada”: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais; e por último, concebe a ideia da recusa (Verleugnung) da castração e divisão do ego no texto “Fetichismo”, de 1927.

Inicialmente, trabalhou a ideia de uma forma de conduta sexual em que as fantasias ligadas à sexualidade pré-genital eram atuadas e não mantidas sob recalque.

Nos Três Ensaios, Freud descreve as perversões sob a ideia de aberrações e inversões sexuais, que basicamente traduziam um tipo de comportamento de desvio em relação ao ato sexual normal, em que o orgasmo é obtido pelo coito por penetração genital com uma pessoa do sexo oposto. Então investigou-se a existência da perversão nas cenas sexuais em que obtinha-se orgasmo por outros objetos sexuais e outras zonas corporais (e/ou quando esse orgasmo dependia de condições extrínsecas para ocorrer).

Como falado nos capítulos anteriores, aqui, Freud também trabalhou a questão da sexualidade infantil e estudou a perversão como advinda de uma fixação na fase pré-genital, que a faria organizadora da vida sexual, fantasias e atos sexuais do sujeito.

Através da ideia de que “a neurose é o negativo da perversão” Freud destacou que as fantasias pré genitais dos neuróticos e dos perversos são as mesmas. Deste modo, uma primeira diferenciação a ser feita entre a neurose e a perversão se dá não pelo tipo de desejo sexual, mas o modo pelo qual se expressa esse desejo. Para o neurótico, o desejo vai se expressar pela formação do sintoma, que é uma formação de compromisso entre o desejo e a censura. Já no perverso o desejo aparece pela via da atuação. Ou seja, como é comumente falado, o perverso realiza o que o neurótico

fantasia. Mas é importante salientar que estas fantasias ocorrem na vida sexual dita normal, não apenas como ideia, mas como acessório para excitação; e então temos mais um ponto de diferenciação, pois, para o perverso, essas fantasias não se constituem somente como acessórios, mas como centro da vida sexual. E isso advém da fixação, que assim como o “acting out”, é “divisor de águas”.

Essa postulação foi decisiva na teoria freudiana, porque excluiu a ideia de que as “aberrações” eram exclusividade dos perversos, quando na verdade é comum a todos os seres humanos; e o que os “distancia” é a passagem ao ato (acting out).

A perversão pode ser descrita como a manutenção da sexualidade infantil perverso-polimorfa na vida adulta. E a diferença entre ambas é que a sexualidade infantil é apenas potencialidade, e na vida adulta, a sexualidade está definida e a pré-genitalidade dominou a cena sexual (como eixo organizador). Como disse Freud: “há algo congênito na base das perversões, mas algo que todos os seres humanos têm em comum, que, como predisposição, pode oscilar na intensidade e ser enfatizado pelas influências da vida”.

Iniciarei o segundo momento com uma citação de rodapé dos Três Ensaio que diz: (...) “a perversão é o resíduo de um desenvolvimento rumo ao complexo de Édipo, após a repressão do qual reaparece o componente constitucionalmente mais forte do instinto sexual”, e nos coloca em dois momentos cruciais da teorização freudiana da perversão, com a formulação do complexo de Édipo e a dinâmica das identificações; visto que a passagem edípica é constitutiva do psiquismo do sujeito.

Freud pensou em um complexo ligado ao personagem de Édipo, tragédia grega criada por Sófocles.

Apesar de não ter dedicado nenhum texto ao complexo de Édipo, foi em uma carta de 15 de outubro de 1897, à Wilhelm Fliess, que Freud interpretou pela primeira vez a tragédia de Sófocles e fez dela o ponto essencial de um desejo incestuoso infantil, referindo-se à si mesmo.

A partir dessa constatação percebe que há um período que toda criança pequena apresenta sentimentos amorosos em relação à mãe e sentimentos hostis em relação ao outro genitor (pai), em uma espécie de “competição”, como se ele fosse seu principal rival. Antes, tínhamos a ideia de que o sentimento de amor era direcionado ao genitor do sexo oposto e o sentimento hostil em relação ao genitor do

mesmo sexo, mas, o próprio Freud reformulou a tese e entendeu que tanto meninos quanto meninas amam, primeiramente, suas mães. Porque são as mães que oferecem todos os cuidados iniciais à criança (ou qualquer outro que realize essa função). A isso, Freud chama de sexual. No entanto, esse sentimento de amor nada tem a ver com a sexualidade genital, ou como é vivida pelos adultos. O que a criança quer na realidade é “possuir” a mãe, fundir-se a ela. Ela busca satisfação nessa mãe - sendo ela a pessoa que tem lhe trazido satisfação ao longo de sua vida. E para isso, pode ser que ela queira esfregar seus genitais na mãe, ou lambe-la, e entre outras coisas que, futuramente, não admitirá tais desejos novamente.

No entanto, a mãe também tem outros afazeres, ela se interessa por outras coisas e é neste ponto que forma-se o que chamamos de “triângulo edípico”.

Devemos retornar ao momento em que Freud vai se referir ao bebê como “Sua Majestade, o Bebê” (His Majesty the Baby), como sendo a figura que está no centro de tudo. Logo, quando ele percebe que a mãe desvia a atenção para algo que não é ele ou para ele, ou seja, quando um “terceiro” surge na cena, o triângulo edípico se constitui.

Temos então uma relação de amor e apego da criança em relação à mãe, mas, se a mãe também está apegada à criança e não possibilita uma separação suficiente, isto pode se tornar problemático para a criança. E acredito que seja parte do complexo. Nesse momento, falamos sobre o lugar ou entrada do pai (ou terceiro) na relação simbiótica estabelecida entre mãe-bebê. Essa nomeação “terceiro” é importante pois diz respeito a qualquer pessoa ou circunstância que realize a função de interdição. O pai, na teoria freudiana, é a representação da autoridade, da lei, e também o objeto de amor da mãe - aquele que captura a sua atenção/interesse, que até então estava totalmente voltada ao bebê, ou seja, qualquer um que faça essa separação entre criança-mãe e mãe-criança.

Então podemos dizer que o complexo de Édipo é sobre se a ver com a não onipotência e o entendimento de que não se é dono dos pais - um momento crucial do desenvolvimento psíquico. O triângulo é sobre o sentimento de amor e ciúmes, amor e exclusão, etc.

A resolução do complexo se daria pelo processo de identificação. Esse conceito em Freud é um dos mais importantes e decisivos para quase todos os processos psíquicos - em nossa constituição enquanto sujeitos.

Freud conceitua a identificação como a mais antiga forma afetiva de laço com o outro - o modo como somos afetados pelo outro, a marca de que tem algo do outro em nós. É a tomada de posse de uma imagem. No entanto, essa imagem do outro que nos afeta, nos enlaça, nunca é totalizada, integral, mas estamos sempre articulados com traços (voz, gesto, jeito de andar, etc), marcas sutis do outro. O processo identificatório não é só o que eu "pego" do outro, mas aquilo que do outro me captura. Esse enlace da identificação ocorre pela falta de identidade do sujeito - portanto, ela tem uma função "preenchedora" de uma falta que há em nós.

A identificação implica uma mudança do ego através da introjeção dos traços do objeto, por isso Freud afirma: "...o caráter do ego é um precipitado de catexias objetais abandonadas e ele contém a história dessas escolhas de objeto" (Freud, v.XIX:43).

Os processos de identificação são essenciais para entendermos como "nasce" o Eu (ego). Ele não está dado, ele surge a partir de uma primeira identificação - no momento em que ele se reconhece em uma imagem e portanto, se apreende como uma função simbólica dessa imagem. A primeira forma de identificação acontece de forma incorporativa, pela "ingestão" de algo que estava no outro e é colocado dentro do próprio sujeito.

Identificações são os movimentos básicos da nossa relação com o outro, em que ocorrem mecanismos como os de: projeção, introjeção, idealização e sublimação. Norteia o complexo de Édipo, pois é necessário que a criança passe da identificação materna para a identificação paterna, e demonstra de forma clara a herança identificatória do superego.

Ou seja, o complexo de Édipo é um processo de alternância entre aquele/a com o qual me identifico e aquele/a por quem eu tomo como investimento pulsional - há um funcionamento reverso entre identificação e escolha de objeto.

Esse atravessamento do complexo não há de ser (e nem é) do modo ideal, mas há de ocorrer de modo que todas as coisas possam coexistir, separadamente, na relação pai-mãe-bebê. Daí a importância da interdição, da identificação do bebê com

a paternidade (leia-se autoridade/lei), pois é essa lei que fará a instauração dos lugares.

Portanto, estamos falando de um momento em que há o reconhecimento da alteridade, da inserção da criança no mundo - com a "separação" da relação simbiótica até então estabelecida com a mãe.

Freud não acreditava que você "nascia menina" ou "menino". Ele considerava a forma como nos movemos para a posição de ser um menino ou ser uma menina, e que é algo que surge no complexo de Édipo. Então, a questão de se ter um 'pai e uma mãe' é que você tem exemplares dessas instâncias de gênero. E devemos nos posicionar em relação a estas ideias de "homem" ou "mulher" e em seguida tentar atribuir algum sentido a elas, sentido este que não é "fixo".

As fantasias sexuais ficam bastante evidenciadas na vida sexual da criança, e neste campo temos o importante artigo de Freud "Uma criança é espancada", em que descreveu, segundo Flávio C. Ferraz em seu livro "Perversão", uma fantasia sadomasoquista impessoal que ouvira de alguns pacientes, na qual uma criança estava sendo espancada por um adulto, e procurou traçar sua arqueologia na vida mental (...) e que trata da complexidade da formação de fantasias a partir dos processos de identificação e das equações simbólicas. No texto, Freud busca esclarecer sobre o masoquismo e faz uma leitura das perversões, argumentando que as fantasias sádicas ou masoquistas podem estar presentes nas neuroses, em que algo de um traço perverso permaneceu. A primeira fase, representada pela frase "meu pai está batendo na criança que eu odeio", acontece em um período muito precoce, em que o sadismo ou o masoquismo não se define muito bem, visto que aquele que cria a fantasia não é o mesmo que espanca; a segunda, "estou sendo espancada pelo meu pai", é importante porque mostra um caráter masoquista, em que o que é colocado em evidência são os aspectos psíquicos, e não a dor. Freud nos orienta que o agente de mudança da fantasia é a culpa, esta que aparece com a interdição do incesto. Assim podemos aferir que algo do amor que foi interdito e da culpa estão presentes no masoquismo. Na terceira, "O meu pai está batendo nas crianças, ele só ama a mim", apesar de sádica, Freud orienta que nessa fantasia a satisfação é masoquista, pois a outra criança nada mais é que a própria criança. Uma nova mudança se dá em 1920, em "Além do princípio do prazer". Atento ao que percebe

como compulsão, a repetição em sua clínica, Freud nota que o que está em jogo não é uma busca pelo prazer, mas algo que se satisfazia ali no ato de repetir uma experiência desprazerosa para o sujeito. Na dualidade de pulsão de vida e pulsão de morte, Freud propõe que sadismo e masoquismo estão presentes em todo sujeito.

Flávio F. reforça também a ideia da perversão decorrente de uma fixação da libido, como nos Três Ensaio e diz ainda que “o jogo masoquista põe em cena o papel que as diferenças sexuais têm para o mundo psíquico, bem como a complexidade estonteante das identificações parentais que se produzem”

Então a ideia de que a mulher é como se fosse um homem castrado opera no psiquismo como uma fantasia, uma “especulação”, que fornece para a criança um material imaginário e de simbolização para o seu desejo. Essas diferenças sexuais foram abordadas no texto A organização genital infantil, em que Freud trabalhou o mecanismo da recusa (Verleugnung) da castração, essencial à formulação posterior da perversão.

Sabemos como as crianças reagem às primeiras impressões da ausência de um pênis. Rejeitam o fato e acreditam que elas realmente, ainda assim, veem um pênis. Encobrem a contradição entre a observação e a concepção dizendo-se que o pênis ainda é pequeno e ficará maior dentro de um pouco, e depois chegam à conclusão emocionalmente significativa de que, afinal de contas, o pênis pelo menos estivera lá, antes, e fora retirado depois. A falta de um pênis é vista como resultado da castração e, agora, a criança se defronta com a tarefa de chegar a um acordo com a castração em relação a si própria. (p. 182-183)

No artigo posterior A dissolução do complexo de Édipo, Freud demonstrou como o menino reluta em aceitar a ameaça de castração.

Nesses textos Freud trabalhou o momento que a criança “descobre” a diferença anatômica entre os sexos, ou seja, o garotinho descobre que a menina não possui um pênis. A criança passa por um momento de angústia e conflito em relação a sua percepção, porque está “vendo” a ausência do pênis na menina, e se ele possui, como é possível que ela não tenha? Levanta então a hipótese de que ele (o pênis) já esteve lá outrora, e possivelmente foi arrancado - castrado. E é nesse momento de terror que a criança recusa a castração.

Segundo Flávio Ferraz (...) o complexo de Édipo deverá sucumbir a um recalçamento de tal maneira eficaz que merece mesmo o nome de dissolução. No

entanto, uma saída possível para esse impasse é exatamente a consolidação de uma defesa psíquica diferente do recalque, que vem a ser a recusa peculiar à perversão. A saída encontrada na formação da estrutura perversa nada mais é que um meio de contornar a realidade inelutável da castração.

Ou seja, o mecanismo de defesa do ego na perversão é a **recusa** da castração. As descobertas relacionadas à sexualidade, a diferença anatômica entre os sexos e etc, são experiências traumáticas para a criança, angustiantes; e é através do mecanismo de recusa que a criança tenta safar-se da realidade inelutável da castração.

Lembrando que este é um momento em que a criança está na fase dos “porquês”, e quer saber como tudo acontece, mais especificamente, surgem as dúvidas sobre o nascimento dos bebês - de onde eles vêm, como eles nascem, quem pode e quem não pode ter bebês, etc... esses questionamentos são extremamente importantes para a produção da fantasia - e que Freud chamou de teorias sexuais infantis.

Logo, o complexo de castração é um momento que a criança tem que integrar as suas teorias sexuais infantis e entender qual é a relação que ela tem com este pai, com esta mãe e a relação que os pais mantém. E, sobretudo, seu lugar na organização familiar.

Trata-se de um complexo nuclear de todas as organizações psíquicas: neuroses, psicoses e perversões. Essas organizações são uma resposta a isso que seria admitir que somos faltantes, limitados e que não possuímos aquilo que é causa de desejo para todos os outros. Nem mesmo o pai e a mãe, pois a família é uma instituição particular que pertence a uma coisa mais geral, uma lei social, que prescreve que o objeto de desejo é um objeto que circula, que depende da rede de desejos que forma a cultura e a sociedade. E, portanto, o complexo de castração não é só força impulsora da simbolização, mas da humanização e da socialização na criança.

No caso da perversão, o predomínio da recusa representa uma obstrução ao trabalho do recalque, com a respectiva perturbação da trama edípica, o que favorece a confusão entre os papéis e contornos sexuais. Desaparecem as diferenças, limites e normas, visto que a função paterna fica enfraquecida e os impulsos incestuosos não encontram delimitação clara. (Ferraz, 2010, p. 44)

Ou seja, a recusa funciona como um mecanismo defensivo diante da angústia da castração, a função paterna fica enfraquecida pois a criança a nega - a lei, a interdição, o limite - e, portanto, confunde-se a sua própria lei com a lei do pai, o seu lugar e o lugar do pai na relação com a mãe, quem tem o poder e quem não o tem (enquanto objeto desejado e de desejo da mãe - que falaremos mais adiante).

Agora, podemos adentrar o terceiro momento da teorização de Freud, que se dá no artigo Fetichismo (1927).

A ideia central do texto é a de que o fetiche representa o pênis. Mas não é qualquer pênis, e sim, o pênis que falta à mulher, ou seja, a mãe; e que um dia a criança acreditou que existia, até deparar-se com a realidade da castração. No entanto, ele não abandona a ideia de que todos possuem o pênis, mesmo que a percepção real diga o contrário. E diante da percepção que sua onipotência corre riscos, 'ele' se contrapõe através do mecanismo de "recusa". Ou seja, a representação real (percepção) é mantida, mas ela desloca-se, inconscientemente, para outro objeto, que no caso, é o fetiche. Então o fetiche seria o triunfo sobre a ameaça de castração, e segue na vida sexual do fetichista com o papel de proteção contra ela.

Porém nos questionamos sobre as possibilidades de reconhecer e ao mesmo tempo negar a realidade da castração. E isso só é possível porque ocorre uma "divisão do ego", que é oriunda da renegação, ou rejeição, que é um termo criado por Freud em 1923 para caracterizar o mecanismo de defesa de recusa da realidade da ausência do pênis na mulher. E no texto Fetichismo, de 1927, ele define a renegação como um mecanismo perverso do qual o sujeito faz com que existam duas realidades contraditórias: a recusa e o reconhecimento da ausência do pênis na mulher; daí o fato da divisão do ego (ou clivagem do eu) - ou seja, a divisão ocorre de modo que o ego funcione em uma atitude que se ajusta ao desejo e outra que se ajusta à realidade. E esta é uma característica marcante em relação à perversão.

Freud salienta que essa divisão do ego não ocorre somente na rejeição, mas em outras situações em que o ego necessita de uma defesa, como na repressão.

Após a demonstração da teoria freudiana sobre perversão, acredito que seja interessante apresentar a leitura de outros autores sobre a temática. Isso nos fornecerá um campo de visão mais amplo para discorrermos sobre o tema central deste trabalho.

4.1 Perversão na obra de Jacques Lacan

Lacan compreende as fases ou etapas de Freud como estruturas mais complexas, atemporais, organizadas a partir da relação com o Outro na dialética da demanda de amor e da experiência do desejo (Lacan, 1958b). A partir de sua teorização do registro simbólico, afirma que há um ordenamento do corpo operado pelo Outro.

Interessa-se pelo modo como a linguagem posiciona o sujeito em uma ordem simbólica; como se a criança tivesse uma apreensão do simbolismo da linguagem muito antes de poder falar, o que possibilita a entrada no universo dos significantes. A partir do complexo de castração e suas demandas, o elemento que o articula é o falo em sua função imaginária que é exposto nos três tempos lógicos propostos por Lacan.

O primeiro tempo é a “dialética do desejo”, em que ele situa a mãe como objeto primordial da primeira relação com o Outro do bebê. Aqui, ele precisa ser o falo para agradar a mãe, nessa relação imaginária que condensa a posse de uma unidade e de uma potência do ser. O desejo da criança está assujeitado ao desejo da mãe. Momento em que a criança oscila entre ser ou não o falo, atravessada pela identificação fálica e a castração, que anunciam o segundo tempo do complexo de Édipo.

O segundo tempo é a “dialética do ser”, em que a criança é inserida no registro da castração pela intrusão do pai, que priva a mãe do objeto do seu desejo, o objeto fálico - a criança (que vive este momento sob o modo da interdição e frustração). A função paterna obriga a criança aceitar que não é o falo e que não o possui, tanto quanto a mãe, dando-se conta de que ela o deseja lá onde é suposto tê-lo e onde se torna então possível tê-lo. Quando a mãe reconhece a lei do pai, ocorre um deslocamento da criança em relação ao objeto fálico: o pai é o suposto ter ou não ter (dialética do ter). E segundo Joël Dor, esta atribuição fálica do pai é justamente o que o institui como pai simbólico, ou seja, o pai enquanto representante da Lei para a criança, portanto o pai enquanto mediação estruturante do interdito do incesto.

Durante a evolução da criança pode haver uma fixação em torno da questão “ser ou não ser o falo”, e Lacan situa, na suspensão desta questão um ponto de

ancoragem favorável às identificações perversas. Uma ambiguidade sustentada neste nível mobilizará a criança para uma estratégia defensiva de evitar a castração.

O terceiro tempo é a “dialética do ter”, quando o pai pode dar à mãe o que ela deseja, logo, possui o falo. Convoca o jogo das identificações mobilizadas pelo jogo fálico: o menino renuncia a ser o falo materno e envolve-se na dialética do ter, identificando-se com o pai (que supostamente o tem), e então ocorre o declínio do complexo de Édipo. A menina deixa a posição de objeto de desejo da mãe e depara-se com a dialética do ter sob a forma do não-ter. Encontra a identificação possível na mãe, pois, como ela, “sabe onde está, onde deve ir buscá-lo, ao lado do pai, junto àquele que o tem” (Joël Dor).

O “retorno” do falo ao seu devido lugar é estruturante para a criança, independente do sexo. O pai possuidor do falo, supostamente, tem preferência junto à mãe e atesta a passagem do ser ao ter, provando o funcionamento da metáfora paterna.

As estruturas psíquicas em psicanálise são, desta forma, determinadas pelo posicionamento do sujeito frente à castração, e é sob o mecanismo de recusa - Verleugnung - que a estrutura perversa sustenta-se, em que o sujeito sabe, mas “não quer saber”, ele recusa o reconhecimento da falta do pênis na mulher-mãe, elegendo, em alguns casos, um objeto em seu lugar, como o “fetichê”, que substitui a falta do pênis. Esse conteúdo recusado não ocorre no ato perceptivo propriamente dito, mas na elaboração psíquica, na manipulação dos vestígios mnêmicos, assinalando que se trata de uma crença e não de uma alucinação. Ao fazer uso da recusa como mecanismo básico de sua estrutura a entrada definitiva na castração simbólica bem como o funcionamento do Nome do Pai é fechada ao perverso. A recusa incide sobre a castração da mãe e conseqüentemente seu desejo pelo pai. Assim, mesmo reconhecida, a diferença dos sexos é recusada. Por outro lado, quando o pai interdita o jogo, o perverso reage com o desafio e a transgressão - características da perversão; mas é importante apontarmos que para transgredir é necessário conhecer, o que nos leva a pensar que, nesse caso, o Édipo “não funcionou” e a metáfora paterna funcionou parcialmente.

Na tentativa de impor sua própria lei e no desafio à lei do pai, o olhar da mãe apresenta-se como cúmplice necessário, um olhar seduzido e sedutor que mantém a

criança na posição fálica. Posteriormente, essa cumplicidade, necessária, perdurará em outras relações e posições na cena perversa.

Roudinesco (1998) salienta que através de Lacan, a perversão foi retirada do campo do desvio para fazer um componente do funcionamento psíquico do homem em geral, passando a se revelar como estrutura, em que ocorre uma espécie de provocação ou desafio permanente a lei.

Considero importante, antes de darmos continuidade, o esclarecimento conceitual dos termos perversão e perversidade. Para que possamos nos situar e compreender a diferença entre ambas.

4.2 Perversão e perversidade

Perversão enquanto estrutura clínica trata-se de uma defesa que envolve uma recusa perceptiva, de reconhecer a falta no outro. O outro representado pelo corpo da mãe, e o elemento que seria o falo. E essa ausência, o perverso não consegue subjetivar, elaborar. Então ele coloca no lugar dessa ausência um substituto imaginário/simbólico, que é o fetiche. E os dois tipos clínicos clássicos do fetiche são o masoquismo (o sujeito se coloca do lado do fetiche) e o sadismo (coloca o outro no lado do fetiche). Isso, enquanto estrutura clínica, pode se associar com práticas que, culturalmente e socialmente, nós repudiamos.

Perversidade tem a ver com corrupção, instrumentalização da lei (enquanto norma, pacto social), traço de crueldade e a paixão de se fazer instrumento. Usa a lei como instrumento, fazer-se executor da lei. - Mais próxima do sintoma, mais próxima das montagens circunstanciais de gozo. - e essa é uma diferenciação centrada na teoria lacaniana.

5 HÉLIO PELLEGRINO E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Psiquiatra e um dos mais importantes psicanalistas brasileiros; engajado nas discussões sobre religião, psicanálise, política, etc. Lutou contra a ditadura militar e militou pela causa dos pobres e oprimidos, empenhou-se em um combate de esquerda para promover os valores de uma psicanálise social, humanista e libertária.

Hélio escreveu um importante artigo no suplemento Folhetim da Folha de S. Paulo do dia 11 de setembro de 1983 sobre a **Lei da Cultura** e o **Pacto Social**.

No texto, ele faz uma leitura do Complexo de Édipo e o conceitua de acordo com a teoria freudiana, bem como o Complexo de Castração. Assinala-os como os complexos centrais da vida da criança e a sua importância para a inserção do sujeito no “mundo” - na sociedade e na cultura. O processo civilizatório depende, basicamente, do movimento edípico - da interdição/proibição do desejo incestuoso. E isso só é possível com a entrada da Lei do pai, ou Lei da Cultura, como descreve Hélio. Ou seja, é através da superação da dependência da mãe e do desejo que a criança sente por ela - e entendemos isso como uma perda - que essa criança ocupará um lugar social. O que ele nos diz é que é necessário que ela perca, para que “ganhe” o ingresso a socialização - e assim identificar-se com os ideais e valores da cultura à qual pertence.

Segundo Hélio, “O pacto com a Lei da Cultura - ou Lei do pai - é a tarefa primordial da criança na primeira etapa de seu desenvolvimento psicosssexual. Transposto o Édipo e suas vicissitudes, cheias de som e fúria, a criança entra no período de latência e nele inicia o processo de aquisição de uma competência pela qual, no futuro e por meio do trabalho, irá contribuir para a construção e a transformação da vida social. A Lei da Cultura representa, por assim dizer, o batismo do ser humano, a marca da passagem que o faz ingressar, como postulante ou neófito, no círculo do intercâmbio social. O Édipo e a linguagem, que são estruturalmente articulados, representam os grandes veículos de socialização da criança. ”

Feito isso, em idade adulta, a esse pacto com a Lei da Cultura, acrescenta-se o Pacto Social, descrito por Hélio como estruturado em torno da questão do trabalho. Ele nos diz que o trabalho é o elemento mediador da nossa inserção no laço social, como “sócios”, por direito, da sociedade humana.

É por meio do trabalho que se confirma a renúncia pulsional de um primeiro tempo através da aceitação do princípio de realidade (lá atrás era o princípio do prazer que dominava a cena). E é o pacto com a Lei do pai (lei da cultura) que torna possível o pacto social, pois este exige renúncias e uma função simbolizadora (viáveis a partir da proibição do incesto). Ou seja, o pai é o representante social - da Lei da Cultura - junto à criança. Hélio acrescenta, e este é um ponto importante para nossa discussão, pois, “A má integração da Lei da Cultura, por conflitos familiares não resolvidos, pode gerar conduta antissocial. Uma patologia social pode também ameaçar, ou mesmo quebrar, o pacto com a Lei do Pai. ”

Ele finaliza o texto enfatizando a questão da violência e delinquência na sociedade, mas o que nos importa é entender que, a ruptura desse pacto com a Lei da Cultura causa a destruição do significante paterno, ou seja, o lugar da lei. E isso implica no rompimento de uma barreira que impedia, em nome da lei, a manifestação dos impulsos pré-edípicos, parricidas, homicidas e incestuosos. Ou seja, tudo que foi reprimido - em função do pacto com o pai - retorna sob a forma de conduta delinquente e antissocial. Um estado que não reconhece o recalçamento e a sublimação, como se estivesse à mercê daqueles impulsos primitivos de antes, ora reprimidos.

E assim vamos adentrando o campo da transgressão das leis sociais e nos aproximando do tema central deste trabalho.

Escolhi esse artigo para pensarmos e ressaltar a importância e centralidade do Complexo de Édipo no desenvolvimento e maturação do psiquismo, bem como a nossa constituição enquanto sujeitos, atravessados e formados, também, por causas extrínsecas enquanto membros de uma comunidade e capturados pela Cultura.

Até aqui trabalhamos o conceito de perversão na forma como se inscreve no sujeito e na subjetividade - o modo pelo qual o sujeito se coloca no mundo (de “ser o que é”). Discutimos o seu caráter estrutural no psiquismo baseados na teoria freudiana e complementamos com a leitura de outros autores.

Agora, convido-os a pensar em como se dá a manifestação perversa na sociedade, no coletivo e o que o laço social tem a nos dizer sobre a relação entre o comportamento humano e a estruturação psíquica.

5.1 “O jeitinho brasileiro”

Centrados na ideia da recusa da castração, encontramos no perverso algo sobre um constante desafio à lei, como se ele estivesse acima de qualquer coisa. Ele a nega, e para negar, sabemos que ele tem de reconhecer a existência, para então, ignorá-la. Ou seja, não se trata de algo imposto ou da ordem do desconhecido ao sujeito, e sim de algo que ele se recusa aceitar.

Poderíamos discutir as variadas formas manifestas da perversão, demonstrando casos midiáticos, normalmente chocantes, como os de pedofilia e estupro, ou qualquer outro executado pelos chamados psicopatas. Mas, o que nos interessa neste trabalho é o modo singelo, corriqueiro e “despretensioso” que a perversão também se apresenta em nossa sociedade, consumada por um discurso e comportamentos tidos como parte da cultura do nosso povo.

Se tomarmos como pano de fundo o atual momento político do nosso país, podemos questionar o movimento, a luta dos cidadãos que clamam pelo fim da corrupção na política. É indiscutível, e não pretendo entrar nesse mérito, o alto escalão de esquemas corruptos que integram a administração deste país, mas, é interessante observar como as pessoas se referem aos políticos como sendo um grupo “desintegrado” da nação, específico e dotado de uma característica usurpadora; quando estamos falando de pessoas, cidadãos brasileiros como qualquer outro, em exercício profissional. O que nos faz pensar que o problema não é a política ou o seu *modus operandi* que é corrupto ou corrompe, e sim, o povo brasileiro, a sociedade como um todo. Não raro conhecemos pessoas que burlam o sistema de energia elétrica, por exemplo, mas questionam a “sujeira” política; ou o que pratica sonegação de impostos, mas condena qualquer outro que desobedece à lei. Passaríamos horas citando exemplos como este, não é mesmo? Mas o que deveria nos chamar a atenção é essa transgressão irrestrita às leis e normas sociais. Ou o quanto e como estamos articulados com um modelo que prioriza a necessidade individual, prioriza aquilo que de alguma forma favorece o sujeito e seus interesses - ainda que seja preciso burlar a regra.

Não precisamos ir muito longe e falar sobre os grandes esquemas de corrupção, e agora o que me vem à mente é um exemplo dado por Julieta Jerusalinsky em uma de suas aulas: “um prédio fica em uma rua que acontece uma feira semanalmente, e mesmo com uma placa de “proibido estacionar” em frente a

garagem, muitas pessoas estacionam o carro justamente ali, no local de entrada e saída. Quando tal pessoa é questionada pelo morador por seu ato, o sujeito fica injuriado, como se estivesse sendo injustiçado, pois parou ali por poucos minutos apenas para comprar uma dúzia de bananas”.

Bem, acreditamos que muitos outros exemplos como este vem a nossa mente neste momento. Apesar de muito simples, esse exemplo foi importantíssimo para a compreensão e ampliação do meu olhar diante do conceito de perversão, ele foi, inclusive, motivador para a realização deste trabalho.

Voltemos a nossa discussão, quantos são os pontos que podemos levantar com esse simples exemplo?! Podemos começar dizendo que, mesmo que não houvesse uma placa indicando que ali é um local proibido de estacionar, nós temos a capacidade de reconhecer que uma garagem, um local de entrada e saída de carros, não é um local para estacionar. Certo. Ainda assim, há uma placa dizendo explicitamente o que NÃO deve ser feito. Provavelmente não haviam outras vagas ali, ou era o local mais próximo da feira para estacionar, não sei, o que sabemos é que o interesse do sujeito era mais importante e se sobressai ao direito do morador de entrar e sair de sua casa. O tempo que ele demorou, o que ele foi comprar, a existência ou não de outros locais para estacionar compõe apenas uma justificativa para o ato de burlar a regra.

Esse comportamento típico tem tudo a ver com o famoso “jeitinho brasileiro”, a velha ideia de que em todas as situações podemos dar um “jeitinho” para conseguir o que desejamos, como se tudo fosse possível e válido e como se o desejo - ou o gozo - fosse a autorização necessária para a transgressão.

Gostaríamos de citar um trecho de uma entrevista da psicanalista Maria Rita Kehl sobre “A ditadura e o 'jeitinho brasileiro’”, para a Folha de S. Paulo em 28/03/14 para exemplificar o que estamos discutindo:

“Como funciona a estrutura psíquica do torturador?”

Ele sabe que está fazendo algo que não pode, tanto que até hoje pouca gente admite que a praticou. Raros são os depoimentos como o do coronel Paulo Malhões, em que assume que torturou, matou e ocultou cadáveres. O torturador sabe que se trata de um ato de exceção, escondido – mas o pratica porque está podendo. Tem um

jogo sádico aí. Isso não quer dizer que todo torturador é um perverso em sua estrutura psíquica.

É o que, então?

Dizia Lacan que o superego não é uma instância ética. Seu funcionamento é muito paradoxal. No sentido de que o superego não é apenas um interditor, ele também nos encoraja a buscar o caminho mais fácil para exercer o narcisismo infantil. É como se ele estivesse dizendo: “você não pode gozar mas tem que continuar tentando”. E se tem um Estado falando “goza, meu filho” para um Sebastião Curió, para um Calhandra, para um Luis Maciel, deu no que deu.

Em outras palavras, a prerrogativa para ficar fora da lei é permanente, mas desde que seja sem um sentimento de culpa. Esse é um traço do neurótico. E se o Estado o autoriza, o perigo é imenso. Isso explica como os alemães abraçaram o nazismo. O povo alemão não ficou perverso de uma hora para outra. Foi o Estado que deu vazão ao instinto e ao sadismo que as pessoas não se autorizam por causa própria.

O filósofo Slavoj Zizek resumiu muito bem o papel do superego: se você pode, você deve. ”

Nesta entrevista, Maria Rita é questionada sobre como as pessoas lidam com a memória do período da ditadura. Ela é categórica em dizer que lidamos “muito mal” e que as pessoas associam o golpe a um ato de “colocar ordem na bagunça” ou “acabar com a corrupção” (qualquer semelhança com os dias atuais é mera coincidência), e, portanto, se houve alguma violência, ela foi necessária e não suficiente. Sobre a tortura e o fato de muitas pessoas dizerem que “isso não existiu”, ela diz que estas situações estão tão reprimidas no imaginário, que as pessoas não têm coragem de fantasiar situações desta natureza. Esse “esquecimento” tem a ver também com o ponto principal que foi a Lei da Anistia, ou seja, ter uma lei que não responsabilizou as pessoas pelos crimes cometidos, e então o fato todo estava acobertado. O trecho aqui citado, fala exatamente sobre um tipo de comportamento (torturadores) que não surgiu “de repente” ou foi imputado às pessoas pelo regime autoritário, mas que, essas pessoas encontraram a possibilidade de assim o fazer, foram autorizadas pelo Estado a dar vazão àquele instinto, justificando assim um ato não autorizado por si próprio. E assim escapar à culpa e a responsabilidade da

barbárie cometida; como uma “terceirização da responsabilidade”. A ideia de um abuso autorizado da perversão.

Seguindo esta linha de raciocínio, e diferentemente da ideia que percorre o senso comum, de que o perverso não sente culpa ou angústia, uma característica importante da perversão é justamente a terceirização da angústia. A partir de uma instrumentalização na forma de obtenção do gozo, ele faz com o que o OUTRO se angustie por ele - para que ele lide com a falta, com o sofrimento, e não o perverso. E esse instrumento pode ser um objeto, como nos casos de fetiche, o corpo, o poder, a palavra e etc; e que funciona como uma garantia contra a angústia. É importante ressaltar com esses exemplos que estamos falando de um instrumento que pode ser real ou simbólico, como o poder, que pode ser considerado um fetiche supremo para tamponar o vazio deixado pela castração tão insuportável ao perverso.

5.2 A soberania do perverso

Dito de outro modo e pensando em outras situações, podemos situar o perverso em uma posição de controle nas relações e vínculos estabelecidos. Observa-se a predominância de uma fantasia de onipotência que o coloca em um tipo de relação de dominador e dominado.

Claramente, um sujeito que vivencia em uma posição fálica, certo de que pode controlar até mesmo a temporalidade. Como se estivesse ALÉM do tempo ou ACIMA dele, de acordo com seus interesses e desejos - novamente, numa tentativa de BURLAR o tempo e tudo que advém dele, como as consequências do envelhecimento para o corpo real, por exemplo.

E isso nos remete à um culto a beleza que vivenciamos nos dias atuais, e que tem ganhado cada dia mais força e expressão, principalmente com o avanço da medicina, da tecnologia e das mídias sociais.

Segundo a Carta Capital, o Brasil é o segundo país onde mais se realizam procedimentos estéticos, atrás apenas dos Estados Unidos. De acordo com a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, no ano de 2016 foram realizadas 839.288 cirurgias estéticas, a maioria por mulheres de faixa etária entre 19 e 50 anos. Considerando que este número já teve um aumento significativo em relação ao ano

de 2014 (total de 774.569 cirurgias estéticas), apesar de não termos os números fechados do ano de 2018, podemos supor que esse número continua crescendo. Através de uma ferramenta do Google chamada Google Trends, onde é possível obtermos uma análise quantitativa de qualquer termo pesquisado, fiz uma comparação de acessos do termo “cirurgia plástica” entre 25 de novembro de 2016 e 25 de novembro de 2018. E o resultado foi um crescimento exponencial da pesquisa. Os números representam o interesse de pesquisa relativo ao ponto mais alto no gráfico de uma determinada região em um dado período. Um valor de 100 representa o pico de popularidade de um termo. Um valor de 50 significa que o termo teve metade da popularidade. Uma pontuação de 0 significa que não havia dados suficientes sobre o termo. E a “cirurgia plástica” alcançou o pico de popularidade no mês de julho de 2018. Penso que isso está associado ao fato da procura por tratamentos estéticos aumentar durante o inverno, em uma “preparação do corpo” para o verão.

Acreditamos que trazer esses dados quantitativos seja importante para nossa pesquisa no sentido de “concretizar” as reflexões e ideias que nós formamos a partir de experiências pessoais e do que estamos presenciando dia após dia, massacrados pela ditadura do corpo perfeito e da juventude eterna. É interessante que em meio a esta ditadura, há um movimento contrário, paralelo, que tenta burlar esse sistema, e que também vem ganhando força e espaço social, mas o que percebo é que, o discurso ditatorial “submete-se” ao discurso de empoderamento, de auto-aceitação, e passa a operar sob a lógica de um corpo perfeito relacionado à um corpo saudável, como resultado de uma preocupação com a saúde do sujeito, e não propriamente com a sua estética. Eu diria que isso soa um tanto contraditório para o segundo país no mundo que mais realiza cirurgias plásticas, não é mesmo?

Do que estamos falando, se não de um movimento que tenta driblar a ordem natural dos fatos? Ou do sujeito que nega a sua própria finitude - a finitude do seu corpo, da sua jovialidade, da sua capacidade produtiva e de tudo aquilo que está posto ao homem à sua condição humana - o desgaste do corpo real.

Esse avanço tecnológico, sem limites, que é absolutamente necessário para muitas coisas e absolutamente perverso para outras; a transmissão de uma ideia de que TUDO é possível, e de que você pode ser o que você quiser, não é só onipotente, mas acessível, portanto, real (até certo ponto, claro); e é justamente o ponto que nos

faz retornar à teoria psicanalítica e perceber aí o mecanismo da recusa, a renegação da castração, da interdição - não seria a lei do pai o limite? a lei que interdita o desejo e impõe à criança que nem tudo é possível, e que somos obrigados a lidar com os dados de realidade (e aí instaura-se o princípio de realidade) e não somente a partir do nosso desejo, do gozo.

Em uma sociedade que opera a partir do capital, não podemos esperar outra coisa senão que seremos massa de manobra e produtos do capital. É muito interessante para as indústrias que as pessoas consumam essas ideias, e cada dia mais, pelo simples fato de que jamais alcançaremos o ideal propagado. Primeiro, porque a indústria se encarrega de modernizar e adicionar mais e mais intervenções - para cada coisa que você nota, em você mesmo, a ausência ou presença, há um método para lidar com aquilo; segundo, as tendências mudam de tempo em tempo, houve um tempo que as mulheres consideradas “esbeltas” eram as mulheres mais gordas, por exemplo; e por último, nós estamos falando de uma busca por um IDEAL, e os ideais não são alcançáveis, são utópicos, por isso são idealizados, como uma forma de lidarmos com a realidade - e a único real possível para nós, em nossa humanidade, é a nossa condição **faltante**, de incompletos e que por mais que tentemos preencher essa falta com tudo o que o mundo pode oferecer, ela nunca vai ser preenchida e funcionaremos num ciclo vicioso, que cada vez precisa de “mais”, e nunca é suficiente. O neurótico vai passar a vida tentando lidar com a falta, o buraco, e o perverso é aquele que vai passar a vida se esquivando da angústia de lidar com o real, e transferindo-a para o Outro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que podemos discutir até aqui nos faz entender a importância e centralidade do complexo de Édipo em Freud. Ele constitui a base para compreensão da organização psíquica e da subjetividade não só na teoria freudiana como nas formulações posteriores de outros autores em Psicanálise.

Estamos falando do papel crucial da infância na constituição de sujeito, de todos os conflitos que atravessam esse período e como se dá a resolução desses conflitos a partir de saídas satisfatórias (ou não), na relação com o outro e a partir dele.

A partir do estudo teórico podemos pensar e visualizar a perversão não somente como organização perversa, mas como um conteúdo que “habita” o ser humano, tanto em seu sentido de “perverter” aquilo que é considerado adequado, ou seja, fugir à regra convencional, quanto em termos estruturais - aquilo que é norteador do comportamento e modo de existência do sujeito.

E isso nos faz entender a diferença entre neuróticos e perversos, por exemplo. Os neuróticos, apesar de atravessados por esse algo, estruturalmente falando não há uma fixação nesse conteúdo e portanto, há **possibilidades** de obtenção de prazer e satisfação em suas vidas. Ao contrário do perverso, que é **fixado** e leva, portanto, uma vida restrita em relação à satisfação pulsional. Podemos exemplificar com os fetiches. Acredita-se que a maioria das pessoas tenha algum fetiche, mas a diferença é exatamente a possibilidade de se obter prazer em outras cenas, que não somente a perversa.

A lei do pai sustenta e organiza essa constituição, assim como a entrada do sujeito no laço social e a introdução das leis sociais - processo de socialização. Logo, pensamos a perversão, através do mecanismo de recusa da castração, também como uma transgressão ou desafio à lei, como proposto por Lacan.

Falamos desse psiquismo como constituído a partir de conteúdos intrínsecos e extrínsecos, em sua relação com o mundo. O que observamos é que para que a cena perversa ocorra é necessária uma cumplicidade, parceria de um Outro. Portanto, a cena perversa no laço social dá-se, como discutido anteriormente, também por uma autorização desse Outro. E é nesse sentido que falamos não somente como uma manifestação da estrutura perversa, mas um conteúdo manifesto que obteve

autorização, como justificativa para esse acting out, e há portanto, uma terceirização da responsabilidade do ato.

A hipótese de transitoriedade do psiquismo se confirma, no sentido de circularmos pelas estruturas e estarmos atravessados por inúmeras circunstâncias subjetivas e do Outro/ mundo. Daí a influência de um discurso social, veiculado principalmente pelas grandes mídias que manipula e autoriza, além de formar um tipo de manifestação coletiva de perversidades.

REFERÊNCIAS

DOR, Joël. Estruturas e clínica psicanalítica. Rio de Janeiro: Livrarias Taurus-Timbre Editores, 1991.

FERRAZ, Flávio Carvalho. Perversão. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. - (Coleção Clínica Psicanalítica)

FREUD, Sigmund. Obras Completas volume 6: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905); tradução Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916); tradução e notas Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. As pulsões e suas vicissitudes. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. "Uma criança é espancada": uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. Rio de Janeiro: Imago.

FREUD, Sigmund. Obras completas, volume 17: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926 -1929); tradução Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LANTERI-LAURA, Georges. Leitura das Perversões. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. - (Coleção Transmissão da Psicanálise).

Por que as brasileiras são obcecadas por cirurgias plásticas? Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/saude/por-que-as-brasileiras-sao-obceadas-por-cirurgias-plasticas>>. Acesso em: 25 de nov. de 2018.

ROUDINESCO, Elisabeth. Dicionário de Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ROUDINESCO, Elisabeth. Por que a psicanálise?. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ROUDINESCO, Elisabeth. A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.